



## **CARCARÁ DA FOME: A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL COM A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO SERTÃO CEARENSE NA DÉCADA DE 1970**

**CARCARÁ OF HUNGER: THE RELATION BETWEEN SOCIAL AND CULTURAL ORGANIZATION  
WITH THE LAND STRUCTURE OF THE SERTÃO CEARENSE IN THE 1970s**

Tamires de Araujo Sousa<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O sertão cearense, marcado por desigualdades e desafios devido à escassez crônica, enfrentou transformações na década de 1970, com cerca de 70% das terras concentradas nas mãos de grandes proprietários. Isso marginalizou pequenos agricultores, gerando dificuldades na produção de alimentos. A falta de acesso à terra impulsionou a migração para a indústria urbana, resultando em alimentação voltada à sobrevivência, ligada a políticas como SUDENE e DNOCS. O estudo busca identificar características sociais e fundiárias na década de 1970, reconhecendo desigualdades correlacionadas à posse de terra e investigando hábitos alimentares. Oferece uma visão abrangente da interconexão entre desigualdade social, propriedade de terras e alimentação na região.

**Palavras-chave:** sertão cearense; desigualdades sociais, estrutura fundiária, história da alimentação.

### **ABSTRACT**

The *sertão cearense*, marked by inequalities and challenges due to chronic scarcity, underwent transformations in the 1970s, with approximately 70% of the land concentrated in the hands of large landowners. This marginalized small farmers, leading to difficulties in food production. Lack of access to land boosted migration to urban industry, resulting in survival-oriented food, linked to policies such as SUDENE and DNOCS. The study aims to identify social and land characteristics in the 1970s, acknowledging inequalities related to land ownership and investigating dietary habits. It provides a comprehensive view of the interconnection between social inequality, land ownership, and food in the region.

**Keywords:** sertão cearense; social inequalities; land structure; history of food.

### **INTRODUÇÃO**

O sertão cearense, ao longo de sua história, tem sido uma região marcada por profundas desigualdades sociais e desafios inerentes à escassez crônica de água e alimentos, impulsionados pelo seu clima semiárido, tornando-o o Estado mais característico do Polígono das Secas, delimitado pela SUDENE e oficializado por lei federal (BRASIL, 1968). Ao adentrar a década de 1970, uma série de transformações significativas nas estruturas sociais e fundiárias começou a se desenhar, em grande parte devido ao caráter

---

<sup>1</sup> Graduanda em História – Licenciatura pela Universidade Veiga de Almeida. Fruto da adaptação do trabalho de conclusão de curso. Email: [tamiresarsousa@gmail.com](mailto:tamiresarsousa@gmail.com)



desenvolvimentista que caracterizava o regime da ditadura militar. Tais mudanças já haviam sido delineadas na década anterior, mas ganharam uma intensidade notável a partir do final dos anos 60 (FERNANDES, 2012). Naquela época, a região cearense já exibia um quadro de notável desigualdade fundiária. Com o avanço da industrialização nas capitais e a persistência do desenvolvimentismo no Brasil, o secular modelo de concentração de terras permanecia inalterado. Assim, no coração do Ceará, as condições precárias de sobrevivência para os pequenos agricultores persistiam, impactando diretamente os hábitos alimentares dos sertanejos, que, tradicionalmente, haviam se baseado na subsistência.

Naquele período, o sertão cearense encontrava-se sob o domínio de grandes proprietários de terras, que detinham a posse da esmagadora maioria das terras agricultáveis, chegando a cerca de 70% na década de 1970 (LIMA; SILVA, 1982). Essa estrutura fundiária altamente concentrada engendrava a marginalização dos pequenos agricultores, os quais enfrentavam enormes dificuldades na produção de alimentos e no sustento de suas famílias. Muitas vezes, viam-se obrigados a trabalhar em terras alheias, frequentemente remunerados com pequenas parcelas de terra ou parte de sua colheita, enquanto outras alternativas incluíam a dolorosa migração do sertão, muitas vezes em direção às grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a recorrência das secas e a ausência de um ciclo regular de chuvas na região tornavam ainda mais difícil a preservação dos recursos hídricos naturais e a produção de alimentos.

Em face da falta de acesso à terra e à água, muitos sertanejos se viram compelidos a migrar para outras regiões em busca de trabalho, tornando-se mão de obra indispensável para a indústria urbana e abandonando o campo (STEDILE, 2012). Aqueles que permaneceram na região tiveram de contentar-se com uma alimentação voltada para a mera sobrevivência, na qual a prioridade era obter energia suficiente para enfrentar mais um dia de árduo trabalho. Isso gerava uma dependência dos sertanejos em relação a alimentos de baixo valor nutricional, ao sistema de trabalho para os grandes proprietários de terras e a programas de assistência governamental, como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)

Neste contexto, os objetivos do presente estudo são de identificar e analisar as características da estrutura social e fundiária do sertão cearense, delimitando a década de 1970; Reconhecer as desigualdades sociais e estabelecer suas relações diretas com a posse da terra na região do sertão cearense e investigar e analisar os hábitos alimentares dos sertanejos durante esse período, estabelecendo correlações significativas com a questão da terra e da concentração fundiária.



A fim de alcançar esses objetivos, a metodologia adotada neste estudo será principalmente de natureza bibliográfica e documental. Isso implicará na pesquisa extensiva de fontes de referência, como livros, artigos acadêmicos, documentos governamentais e fontes primárias relacionadas à história e à estrutura social e fundiária do sertão cearense. Essa abordagem permitirá obter subsídios teóricos e dados empíricos relevantes para a análise do tema em questão, garantindo uma fundamentação sólida e abrangente para as conclusões do estudo.

Este estudo será dividido em três partes distintas, que juntas fornecerão uma visão abrangente do cenário, das desigualdades sociais e da relação entre estrutura fundiária e hábitos alimentares no sertão cearense durante a década de 1970. Na primeira parte, a formação sociopolítica cultural do sertão cearense será analisada a partir da compreensão das raízes históricas, das tradições culturais e dos contextos políticos, delimitando seu caminho até a década de 1970. Na segunda parte do estudo, será apresentada uma análise quantitativa e qualitativa das desigualdades sociais na região do sertão cearense, com um foco especial na concentração de terras. Dados concretos serão apresentados para ilustrar a magnitude dessas desigualdades e como elas afetaram a vida dos sertanejos. E na terceira e última parte, as informações previamente apresentadas serão integradas, relacionando todos os aspectos com as desigualdades observadas e a vulnerabilidade no acesso à alimentação. Serão discutidos os impactos da estrutura fundiária e das políticas governamentais na dieta e nos hábitos alimentares dos sertanejos.

Durante a trajetória deste estudo, o objetivo é esclarecer as intrincadas dinâmicas que marcaram o sertão cearense nas décadas de 1970, visando proporcionar uma compreensão abrangente e aprofundada da interconexão entre desigualdade social, propriedade de terras e a questão alimentar na região.

## **RAÍZES DO PASSADO, TRADIÇÕES CULTURAIS VIVAS E CENÁRIOS POLÍTICOS**

O estado do Ceará, situado no nordeste do Brasil, possui uma história de origens profundamente ligadas à colonização portuguesa. Seu nome é derivado do termo tupi "*siará*," que significa "canto da jandaia", uma espécie de ave nativa da região (ALENCAR, 1865). Os registros históricos apontam que os primeiros europeus a explorar o território cearense foram navegadores portugueses no início do século XVI, mesmo que o litoral cearense já fosse avistado e até documentado por outros exploradores. Inicialmente, a região era um ponto de passagem e refúgio para os colonizadores que seguiam em direção a outras áreas do Brasil. A colonização efetiva do Ceará começou no final do século XVII, quando os portugueses estabeleceram fortalezas costeiras para proteger o litoral contra invasões estrangeiras e piratas.



A ocupação do interior do Ceará enfrentou desafios consideráveis devido ao clima árido e à presença de populações indígenas que resistiam à presença dos colonizadores. Durante o período colonial, a região do Ceará foi palco de intensos conflitos e disputas territoriais que moldaram profundamente o seu desenvolvimento. A busca por expansão territorial e recursos naturais estava no cerne desses desacordos, com os interesses coloniais frequentemente entrando em choque com as populações indígenas que habitavam a região.

As primeiras atividades econômicas significativas no local foram a exploração da cana-de-açúcar e a criação de gado. Com a carta régia de 1701 proibindo a criação de gado num intervalo de 10 léguas do litoral, as atividades pastoreiras adentraram o interior, expandindo o território cearense a oeste e deixando as terras litorâneas para as feitorias canavieiras. Segundo o autor Raimundo Girão:

O vasto sertão que se seguia à orla litorânea imprópria à criação dos gados oferecia-se para estes favoravelmente: 'o caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vacum.' (Capistrano). Sem tardança, criou-se nos sertões do Ceará, qual já fôra noutras paragens do Nordeste a civilização específica do pastoreiro, a única adequada e, sem dúvida, possível (GIRÃO, 1971, p.99).

Essas atividades contribuíram para a concentração de terras nas mãos dos colonizadores, que visavam lucrar com esses recursos naturais. A criação de gado, em particular, desempenhou um papel crucial na economia local, fornecendo carne e couro para as necessidades da colônia. No entanto, a exploração da mão de obra indígena e africana escravizada era uma característica marcante desse período. Essa exploração não apenas prejudicou as populações nativas, mas também teve consequências profundas na demografia e na composição étnica da região.

O sistema latifundiário que se desenvolveu durante o período colonial deixou um impacto duradouro na estrutura fundiária do sertão cearense. Grandes propriedades de terras nas mãos dos colonizadores resultaram em uma distribuição desigual de propriedades de terras que persistiu ao longo dos séculos.

Ainda que a pecuária tenha mantido sua predominância como o principal sustentáculo econômico daquela região, outras atividades comerciais também desempenharam papéis significativos em seu desenvolvimento ao longo do tempo. Isso inclui a presença de feitorias e engenhos de cana-de-açúcar, bem como, posteriormente, o surgimento da mineração e a expansão da agricultura. Embora essas atividades tenham crescido em importância ao longo dos anos, a criação de gado permaneceu como a pedra angular da economia local.



No coração da atividade de criação de animais no interior cearense, é possível observar a divisão da terra em fazendas, cada uma com seus métodos de trabalho distintos. Nessas fazendas, o sistema de pagamento não envolvia dinheiro, mas sim a oferta da "oportunidade" de ter moradia, alimentação e vestuário em troca de uma porcentagem da produção do trabalhador. Em situações mais específicas, o trabalhador também contribui com um dia de trabalho nas terras cultivadas pelo fazendeiro. Essa forma de trabalho seria classificada como arrendatário (GUIMARÃES, 1964).

Dessa forma, tendo como pano de fundo esse longo histórico de exploração e adversidades, a identidade do povo sertanejo começa a se forjar e se consolidar ao longo das gerações. A experiência de lutar contra os desafios impostos pelo clima árido, a dureza da vida no campo e as demandas de uma economia baseada na agropecuária desempenhou um papel fundamental na moldagem desse grupo de pessoas resilientes. A força do sertanejo não apenas se manifestou em sua capacidade de sobreviver em um ambiente muitas vezes hostil, mas também na criação de uma cultura única, com suas próprias tradições, valores e formas de expressão.

Para além das influências econômicas que moldaram o Ceará, é notável sua herança cultural rica e diversificada, resultante de uma fusão de culturas que teve origem nos povos originários, europeus e africanos. A formação cultural miscigenada é um traço distintivo que enriqueceu a identidade cearense ao longo dos séculos. A convivência e a interação entre esses diferentes grupos étnicos deram origem a uma cultura única, repleta de tradições, expressões artísticas e manifestações culturais que são verdadeiros tesouros do patrimônio cearense.

Os costumes e a cultura sertaneja estão profundamente enraizados na experiência do sertanejo, entre esses se destacam a música nordestina, que desempenha um papel primordial na expressão cultural do sertanejo, sendo um elo inquebrantável com suas raízes; a literatura de cordel, uma forma de poesia popular que utiliza versos rimados e é impressa em pequenos folhetos, geralmente enfeitados com ilustrações coloridas contendo histórias que abordam uma ampla gama de temas, desde lendas e histórias regionais até questões sociais e políticas; e a culinária, que é um elemento vital na cultura sertaneja, adaptando-se de forma engenhosa às condições desafiadoras do sertão. Pratos como o bode guisado, a carne de sol, a farinha de mandioca e a cajuína são exemplos de alimentos tradicionais que sustentaram as comunidades sertanejas ao longo dos anos. Essas iguarias não apenas fornecem a nutrição necessária para a vida no sertão, mas também celebram os sabores únicos da região. Por exemplo, a carne de sol é uma técnica de conservação de carne que se revelou fundamental para a sobrevivência nas condições áridas, enquanto a cajuína é uma bebida típica feita a partir do caju, uma fruta abundante na região (ROCHA, 2003).



A cultura sertaneja do Ceará é um reflexo intrincado da realidade política da região, estabelecendo uma relação de influência mútua que desempenha um papel crucial na definição da identidade do estado. Um dos principais e contínuos focos de conflitos políticos está relacionado à questão da terra e à notável concentração de propriedades rurais com extensas áreas nas mãos de um seletivo grupo de proprietários. Essa dinâmica social, marcada por desigualdades econômicas substanciais, moldou profundamente o tecido da cultura sertaneja.

A cultura sertaneja, que se desenvolveu a partir da vivência e das experiências do povo, está, de uma forma ou de outra, intrinsecamente ligada à terra. As canções e os cordéis frequentemente retratam a árdua vida no sertão, enfatizando os desafios que enfrentam diante da seca, da falta de recursos e das dificuldades inerentes à vida no campo. A música nordestina, com gêneros como o forró e o baião, frequentemente conta histórias de lutas e superações, proporcionando uma forma de expressão que captura a alma do sertanejo e a relação profunda com a terra. Além disso, a adaptação alimentar é outra faceta importante da cultura sertaneja, influenciada pela escassez de recursos e pelas condições climáticas adversas. A população sertaneja não apenas ajusta sua alimentação de acordo com a disponibilidade de alimentos, mas também enfrenta a insegurança alimentar devido à falta de acesso à terra para cultivo. A questão da terra não é apenas um conflito político, mas também uma preocupação que afeta diretamente a subsistência e a identidade do povo sertanejo.

Assim, a interconexão entre a cultura e a política no Ceará se desdobra em inúmeras dimensões, onde a questão da terra desempenha um papel proeminente. A luta pelo acesso à terra e a influência do latifúndio na cultura sertaneja são elementos centrais que continuam a moldar a identidade e a realidade política da região.

A história política do sertão cearense é uma narrativa marcada por décadas de lutas e conflitos em busca de justiça social, especialmente em um contexto de extrema aridez e adversidades climáticas. No período imperial, as elites latifundiárias detinham considerável influência política na região, controlando não apenas vastas extensões de terra, mas também as instituições políticas locais. As demandas por reformas agrárias e a redistribuição de terras eram frequentes entre as camadas mais desfavorecidas da população, contudo, essas iniciativas muitas vezes se confrontavam com a resistência das elites locais.

A virada do século XX trouxe consigo transformações significativas. A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, impulsionou uma série de mudanças no sertão cearense, principalmente pelo fato dos 'flagelados da seca', sertanejos que não tinham mais como



continuar no sertão, estarem indo em grande número para a cidade, afetando, pela primeira vez, a população metropolitana. Um cenário como este é visto do livro “O Quinze”, de Rachel de Queiroz, onde ela retrata a seca de 1915, vista por muitos como a mais ríspida do século XX. Um marco importante foi a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, uma instituição voltada para mitigar os impactos das secas frequentes na região. Apesar desses avanços, as reformas agrárias ainda esbarravam na considerável resistência das elites e empecilhos burocráticos.

O resultado mais evidente da política de açudagem, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), foi a construção de 1.102 açudes (255 públicos e 847 particulares), até 1977[...] (FILHO; VIANA, p.1, 1982).

A década de 1960 testemunhou uma agitação política intensa em todo o Brasil, culminando no golpe militar de 1964. O sertão cearense não ficou imune às turbulências desse período. O regime militar introduziu uma abordagem desenvolvimentista na região, com o objetivo de modernizar a agricultura e expandir a infraestrutura. Entretanto, esse processo frequentemente resultou na remoção de pequenos agricultores de suas terras, desencadeando tensões sociais significativas.

A interseção entre os contextos políticos e a luta contra as secas no Ceará destaca a complexidade das dinâmicas sociais e políticas da região, enquanto o DNOCS e outras instituições desempenharam papéis cruciais na busca por soluções para os desafios climáticos e na redistribuição de terras. Esses eventos históricos moldaram profundamente a relação entre o poder político, a economia e a população do sertão cearense até 1970.

## **POPULAÇÃO, TRABALHO E TERRA**

Uma análise abrangente das desigualdades sociais na região do sertão cearense, com ênfase na concentração de terras, é essencial para entender a dinâmica social da época. Os dados disponíveis sobre a década de 1970 pintam um quadro marcante das disparidades existentes e de como elas afetaram a vida das pessoas nessa região do Ceará.

Em 1970, cerca de 2.582.510 pessoas residiam no estado do Ceará, sendo a maior parte moradora de áreas rurais. Essa característica reflete a predominância do setor primário na economia da região, com a agricultura e a pecuária desempenhando um papel central na subsistência da população. As pessoas que habitavam o sertão semiárido enfrentavam desafios em várias áreas, sendo a educação formal um dos principais. Ao analisar o Censo Demográfico do Ceará de 1970, observamos que 77% dos homens na



população rural não possuíam habilidades de leitura e escrita, enquanto esse número era de 73% para as mulheres na mesma situação. É notório o fato de que a maioria das pessoas não prosseguem com sua educação formal além do nível elementar. Os dados do censo evidenciaram que 27.418 indivíduos que residiam na área rural haviam concluído a educação elementar, enquanto apenas 3.617 tinham conseguido concluir o primeiro ciclo da educação média. Essas estatísticas revelam uma tendência decrescente à medida que avançamos em níveis educacionais mais elevados. Segundo as autoras de *Sertão-Norte* (1982):

O elevado percentual de analfabetismo e o baixo nível de instrução, que constituem uma das características da população da Área, prendem-se, provavelmente entre outras causas, à necessidade das crianças, nos estratos de baixa renda, a abandonarem desde cedo os bancos escolares - quando os frequentam - para se integrarem às fileiras da força de trabalho familiar (LIMA; SILVA, p. 132, 1982).

A permanência da ditadura militar também desempenhou um papel significativo na área da educação. A Emenda Constitucional de 1969 tornou o ensino primário (destinado a crianças de 7 a 14 anos) obrigatório, o que era uma medida importante para expandir o acesso à educação em faixas etárias mais jovens. No entanto, paralelamente, as políticas de ensino médio passaram por transformações substanciais. O acesso gratuito ao ensino médio estava sendo substituído pelo sistema de concessão de bolsas. Essa mudança na política educacional afetou diretamente a acessibilidade ao ensino médio, pois a gratuidade dava lugar a um sistema em que bolsas de estudo eram concedidas a estudantes, muitas vezes com base em critérios específicos. Isso criava barreiras adicionais para os alunos que desejavam continuar sua educação após o ensino primário.

A relação entre a questão educacional e a questão do trabalho era estreitamente entrelaçada, como evidenciado pela citação de Lima e Silva. Além disso, os dados disponíveis no Censo de 1970 revelam que a maioria das pessoas que residiam em áreas rurais estava diretamente envolvida em atividades relacionadas à terra, o que incluía agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca.

Do total de 1.683.422 pessoas que viviam em áreas rurais, impressionantes 643.641 estavam ligadas diretamente às atividades de agricultura, pecuária e silvicultura, o que correspondia a cerca de 38% da população rural. Dentre esses números, 540.230 pessoas trabalhavam exclusivamente com a terra, o que demonstra a centralidade das práticas agrícolas e agropecuárias nas atividades econômicas dessas comunidades rurais. Esse dado reforça a ligação intrínseca entre o povo do sertão e a terra que cultivavam, que era



não apenas sua principal fonte de subsistência, mas também uma parte essencial de sua identidade e modo de vida.

A obra *Sertão-Norte*, já citada, oferece uma visão mais detalhada das complexas relações de trabalho que caracterizavam a vida no sertão cearense. Um aspecto fundamental dessas relações era a relação de sujeição, que era considerada a mais antiga e comum na região. Nesse arranjo, os trabalhadores rurais e suas famílias residiam nas terras do proprietário, em casas muitas vezes precárias, e tinham um pequeno pedaço de terra cedido pelo proprietário para cultivo. Em troca, eles eram obrigados a compartilhar uma parte significativa de sua produção com o proprietário e a trabalhar na plantação deste por cerca de dois dias por semana, recebendo uma remuneração significativamente menor do que os trabalhadores assalariados. Nessa relação, o chefe de família geralmente liderava o trabalho, e os filhos também contribuía, recebendo uma fração ainda menor da remuneração. A exploração desse sistema era agravada pela disparidade salarial entre os membros da família, onde os filhos recebiam apenas cerca de 75% da remuneração do chefe da família.

No entanto, essa relação de trabalho passou por mudanças significativas com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, também conhecido como Estatuto da Terra. Os proprietários, percebendo as brechas existentes no estatuto, frequentemente forçavam os antigos moradores a deixar suas terras, a fim de substituí-los por novos trabalhadores, geralmente em condições mais desfavoráveis. As autoras Lima e Silva destacam algumas das motivações por trás desse comportamento, fazendo uma análise mais detalhada das áreas que estavam envolvidas na produção de algodão, milho e feijão.

1) no fato de, por esse meio, ter acesso a uma parcela maior da produção do morador, visto que o algodão, à medida que é colhido, vai-lhe sendo entregue para guardar em seus depósitos. Vinda a colheita, o produto é vendido pelo proprietário, que desconta da parte do morador o correspondente ao fornecimento que lhe foi feito. Por outro lado, com o milho e o feijão recebidos, o proprietário poderá fazer novos fornecimentos e, assim, assegurar-se a apropriação de parcelas crescentes da produção de trabalhadores que lhe são subordinados (LIMA; SILVA, p.151, 1982).

Outra forma de relação de trabalho comum na região é a parceria, na qual o trabalhador realiza o pagamento da renda da terra entregando uma parte predefinida dos produtos especificados pelo proprietário. Essa parceria pode variar em diferentes graus, com o trabalhador tendo a opção de pagar pela terra no período entre safras, o que lhe proporciona mais autonomia para realizar o plantio e a colheita subsequentes. A variação na qualidade da terra desempenha um papel importante nas negociações da parceria. Dependendo da fertilidade e das condições da terra, o proprietário pode exigir uma



porcentagem menor ou maior da safra como pagamento, com cotas que podem variar de um terço a um quarto, por exemplo. Quando a qualidade da terra é excepcionalmente boa, o proprietário pode requerer uma quota maior da produção como pagamento. Essa flexibilidade nas relações de parceria reflete as nuances das negociações e o impacto da qualidade da terra na divisão dos produtos entre o proprietário e o trabalhador.

O pequeno arrendamento, que oferece ao produtor um grau maior de autonomia em comparação com as formas de trabalho mencionadas anteriormente, envolve a obrigação única de pagar pelo uso da terra em dinheiro, diretamente ao proprietário. No entanto, a autonomia do arrendatário é questionável, uma vez que ele tem limitações significativas na escolha das culturas a serem plantadas e geralmente enfrenta dificuldades financeiras quando precisa vender sua colheita para cumprir com o pagamento da terra.

Por fim, temos o assalariamento, cujo foco não é a posse de terra ou moradia, mas sim a exploração da força de trabalho dos sertanejos em troca de uma remuneração em dinheiro, podendo ser de caráter temporário ou permanente.

Ao analisar os dados do *Censo Agropecuário do Ceará* de 1970, que fornecem informações sobre o número total de estabelecimentos agrícolas e suas condições legais, observamos que, dos 245.432 estabelecimentos registrados, 219.285 eram de posse individual, representando impressionantes 89% das terras dentro do escopo da pesquisa do censo. Essa tendência de posse individual também é evidenciada nos dados apresentados no livro de Marlene Silva e Diva Lima, onde a propriedade individual detinha uma parcela significativa das terras, atingindo 70% em 1970 e 64,5% em 1975.

No entanto, também notamos um ligeiro aumento nas outras formas de ocupação listadas, como os parceiros, cuja participação cresceu de 6,1% em 1970 para 8% em 1975. Em relação a essa mudança, as autoras fazem a seguinte observação:

[...] atestam a pequena variação da participação relativa dos minifúndios assim como dos latifúndios por exploração no total dos imóveis, o que é forte indicador de que o crescimento da pequena produção se vem fazendo no interior da grande propriedade e, portanto, condicionado ao pagamento de uma renda que tomará a forma de sobretrabalho a 'realizar-se em dinheiro no mercado, conforme as leis deste (SILVA; LIMA, p. 167, 1982).

No contexto das ocupações agrícolas, é interessante observar a distribuição de propriedade entre as diferentes categorias de trabalhadores. Famílias em que os chefes de família eram empregadores de atividades agrícolas detinham 18,87% de sítios e fazendas; 32,88% de sítios e fazendas eram dos trabalhadores agrícolas que trabalhavam por conta própria e 9,27% dos sítios e fazendas eram dos empregados em atividades agrícolas, o resto era destinado a atividades não agrícolas. Os dados, provenientes do Estudo Nacional



da Despesa Familiar (ENDEF) de 1978, corroboram a observação anteriormente mencionada, uma vez que esse estudo não faz distinção entre tipos de trabalhadores. Assim, diversas formas de ocupação estão abrangidas na definição de 'conta própria', na qual, conforme o próprio estudo explica, são considerados como "os chefes de família que trabalham por conta própria, podendo ou não exercer sua atividade em um negócio registrado, isto é, serem ou não estabelecidos" (ENDEF, 1978, p. 16).

Esse cenário nos apresenta uma maioria populacional residente em áreas rurais, situadas dentro do polígono das secas, conforme estipulado pelo decreto 63.778 de 1968. A vida dessa população se desenrola em meio a desafios substanciais, notadamente no que diz respeito ao acesso à educação, muitas vezes iniciando a vida laboral em tenra idade, uma vez que a documentação oficial começa a contabilizar a partir dos 10 ou 15 anos. Além disso, a maior parcela dos habitantes rurais se dedica diretamente à atividade agrícola, trabalhando a terra como principal fonte de sustento.

É crucial destacar que a propriedade da terra está, predominantemente, concentrada nas mãos de proprietários individuais, e todas essas circunstâncias foram determinantes na configuração das relações de trabalho na região, que, em sua maioria, envolvem a terra e a moradia como meios essenciais de subsistência.

A concentração de terras, um dos traços mais marcantes das desigualdades sociais no sertão cearense, aprofundou de maneira substancial a divisão entre uma elite latifundiária e a população rural mais desfavorecida. A propriedade de vastas extensões de terra por um punhado de proprietários resultou em uma distribuição desigual de recursos e oportunidades. Enquanto alguns privilegiados detinham acesso a terras férteis e recursos naturais abundantes, a maioria das famílias sertanejas enfrentava a escassez de terras adequadas para a agricultura e pastoreio, tornando sua luta pela sobrevivência ainda mais desafiadora.

Essas disparidades sociais tiveram consequências profundas na vida dos sertanejos, agravando a pobreza, limitando severamente o acesso à educação e fortalecendo as barreiras econômicas que obstaculizavam a mobilidade social. A concentração de terras continuou a ser uma questão central nas décadas subsequentes, exercendo impactos significativos nas esferas política, econômica e cultural do sertão cearense. Portanto, a compreensão dessas desigualdades sociais e de sua ligação com a concentração de terras é de fundamental importância para a apreensão da história e da dinâmica social dessa região.



## DA TERRA AO PRATO

A complexa conexão entre a problemática da terra e a carência de alimentos no Ceará, especialmente no sertão, constitui uma trama intrincada que impacta profundamente a existência da população. O processo histórico de colonização e exploração territorial contribuiu para a configuração de uma estrutura fundiária desigual, na qual a concentração de terras nas mãos de alguns proprietários exerce uma influência direta sobre o acesso dos habitantes rurais aos recursos naturais essenciais para a produção de alimentos.

Essa relação entre a posse da terra e a escassez alimentar reflete não apenas as dinâmicas econômicas, mas também as implicações sociais e ambientais que moldam a vida cotidiana das comunidades sertanejas. A história de desigualdade na distribuição de terras reverbera nas condições presentes, impactando a capacidade das famílias rurais de cultivar alimentos e garantir sua própria segurança alimentar.

Além disso, a predominância da agricultura e pecuária como atividades econômicas fundamentais no sertão destaca a relevância intrínseca da terra para a subsistência dessas comunidades. Entretanto, a distribuição desigual de terras, muitas vezes resultado do sistema latifundiário, impõe significativos desafios ao cultivo de alimentos e à criação de animais, contribuindo diretamente para a escassez alimentar observada na região.

Portanto, compreender a intrincada interação entre a questão da terra e a falta de alimentos requer uma análise aprofundada das raízes históricas, sociais e econômicas que perpetuam essa realidade no sertão cearense.

A relevância fundamental da terra para a sobrevivência das comunidades sertanejas é evidenciada pela preponderância das atividades agrícolas e pecuárias na região. Entretanto, a disparidade na distribuição de terras, decorrente do sistema latifundiário, impõe consideráveis obstáculos à maioria das famílias do sertão, restringindo a área disponível para o cultivo de alimentos e a criação de gado. Essa escassez de terras propícias à agricultura e à pecuária contribui de maneira significativa para a falta de alimentos, exercendo um impacto direto na segurança alimentar da população.

As consequências da falta de acesso à terra se estendem às relações laborais, onde muitos trabalhadores rurais encontram-se dependentes da oferta de "oportunidades", incluindo moradia, alimentação e vestuário, em troca de uma porcentagem da produção. A exploração desse sistema, aliada à concentração de terras, culmina em condições precárias para a maioria dos habitantes do sertão, criando obstáculos significativos para a produção sustentável de alimentos. Paralelamente, a questão educacional emerge como um desafio crucial na região.

Ao examinar a década de 1970 por meio dos dados do *Censo Agropecuário*, depara-se com uma realidade notável, onde a propriedade individual se destacava como a principal



forma de posse de terras, representando significativos 89% dos estabelecimentos agrícolas. Essa hegemonia consolidou disparidades econômicas de considerável magnitude, impondo restrições severas ao acesso à terra para inúmeros habitantes do sertão. A relação inerente entre a utilização e controle da terra na região e a subsistência e identidade do povo sertanejo é inegável.

As diversas formas de relações de trabalho, como sujeição, parceria, arrendamento ou assalariamento, delineiam a interdependência profunda entre a população e a terra que cultivam. O sistema latifundiário, com suas complexidades e sutilezas, desempenhou um papel fundamental na configuração de uma estrutura social onde a posse da terra se traduz diretamente em poder e recursos, delineando a teia de relações que caracteriza a vida no sertão cearense. Essas dinâmicas socioeconômicas resultantes têm impactos significativos nas condições de vida da população, influenciando aspectos cruciais como o acesso à educação e a segurança alimentar. No cenário do sertão cearense, onde a subsistência da maioria das famílias está diretamente vinculada à agricultura e à pecuária, a carência de acesso à terra apropriada impacta de maneira contundente a produção e, conseqüentemente, a segurança alimentar.

A problemática da fome, portanto, entrelaça-se intrinsecamente à distribuição de terras e às complexas relações de trabalho na região. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários contribui para a escassez de recursos entre a população mais vulnerável. A falta de acesso à terra produtiva impede a autonomia alimentar das famílias sertanejas, criando uma crescente dependência de políticas governamentais e aprofundando as desigualdades já existentes.

A história política do sertão cearense, caracterizada por inúmeras décadas de embates em prol da justiça social, lança luz sobre a intrincada rede de relações entre a problemática da terra, as estratégias governamentais e a vivência do povo sertanejo.

A instituição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, enquanto medida governamental, denota o reconhecimento das adversidades climáticas enfrentadas pelo sertão e a busca por soluções estruturais para enfrentar tais desafios. No entanto, a resistência por parte das elites locais frequentemente se manifestou como um entrave à implementação efetiva dessas iniciativas, evidenciando a influência política e econômica desses grupos na formulação das políticas públicas. Essa resistência, por conseguinte, contribui para a perpetuação das desigualdades estruturais que delineiam a distribuição de terras e recursos na região.

Adicionalmente, é notável que, em muitas ocasiões, os açudes e poços construídos pelo departamento eram situados em propriedades privadas, ficando, portanto, sob a



administração do proprietário, que detinha o poder de decidir sobre o acesso à água. Essa circunstância tornava a utilidade dessas obras restrita ao benefício exclusivo do proprietário do terreno onde o açude ou poço estava localizado, excluindo outros membros da comunidade da possibilidade de usufruir desse recurso hídrico. Essa dinâmica reforçava a conexão entre propriedade da terra e acesso a recursos vitais, contribuindo para a complexa desigualdade na região.

A interseção entre as políticas governamentais, as condições climáticas adversas e as resistências locais compõem uma narrativa complexa que molda o cenário socioeconômico do sertão cearense. O embate entre a necessidade de intervenções para mitigar os efeitos das secas e a resistência de certos setores da sociedade revela as dinâmicas que permeiam a gestão de recursos na região. Assim, a compreensão dessa história política se torna essencial para o desenho de abordagens mais eficazes na promoção da justiça social e no enfrentamento das persistentes desigualdades.

As políticas governamentais, sobretudo a abordagem desenvolvimentista do regime militar na década de 1960, trouxeram consigo mudanças significativas, mas não isentas de desafios. A modernização da agricultura muitas vezes culminou na remoção de pequenos agricultores, intensificando as tensões sociais e acentuando as disparidades. Assim, a concepção de Bernardo Fernandes, de que os governos militares buscaram impulsionar o avanço do capitalismo no campo ao promover uma política agrária que beneficiava as grandes empresas por meio de incentivos financeiros e isolava o poder dos coronéis latifundiários, torna-se evidente.

Assim, a problemática da terra no sertão cearense vai além de meros aspectos econômicos; ela emerge como uma força determinante na configuração da identidade, nas dinâmicas de trabalho, na expressão cultural e nas condições sociais da comunidade. A compreensão minuciosa dessas interconexões revela-se essencial para abordar de maneira eficaz os desafios enfrentados pela população sertaneja, destacando-se, sobretudo, às questões relacionadas à fome e à segurança alimentar.

A terra no sertão cearense não é simplesmente um recurso econômico, mas um elemento central que permeia a vida das pessoas, influenciando a construção de sua identidade e a forma como se organizam socialmente. A relação intrínseca entre a posse da terra e a segurança alimentar, por exemplo, ressalta a importância de compreender as complexas nuances dessa dinâmica para implementar soluções efetivas.

Quando se analisa a problemática da fome e a busca pela segurança alimentar, fica claro que as origens desses desafios estão profundamente ligadas à disparidade na distribuição de terras e aos sistemas de trabalho que evoluíram ao longo da história na



região. A questão da terra no contexto sertanejo, marcado por sua complexidade histórica, revela-se como um fator determinante nessas dificuldades, impactando diretamente a capacidade das comunidades locais de garantir uma alimentação adequada.

Nesse sentido, é imperativo compreender não apenas os aspectos econômicos associados à terra, mas também as implicações sociais e culturais que permeiam essa questão no contexto sertanejo. A busca por soluções sustentáveis e equitativas requer uma análise profunda das interconexões entre a distribuição de terras, as práticas de trabalho e as condições de vida das comunidades afetadas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto ao longo do texto, que explora a complexa interação entre a problemática da terra e a carência de alimentos no sertão cearense, evidenciando a complexidade que permeia a existência da população local. A disparidade na distribuição de terras, derivada do processo histórico de colonização e exploração territorial desigual desponta como um elemento crucial na compreensão da escassez alimentar observada na região, que influencia diretamente no modo como as comidas vistas como tipicamente sertanejas são feitas, com elementos específicos disponíveis aos habitantes daquela área.

A estrutura fundiária desigual, caracterizada pela concentração de terras nas mãos de alguns proprietários, exerce influência direta sobre o acesso dos habitantes rurais aos recursos naturais essenciais para a produção de alimentos. Essa desigualdade na posse da terra repercute nas condições dos sertanejos, limitando a capacidade das famílias rurais de cultivar alimentos e garantir sua própria segurança alimentar, tendo que utilizar do que eles podem plantar na terra para comer. A importância fundamental da agricultura e pecuária como atividades essenciais no sertão destaca a relevância da terra para a subsistência dessas comunidades. Contudo, a distribuição desigual de terras, impõe consideráveis desafios ao cultivo de alimentos e à criação de animais, contribuindo diretamente para a escassez alimentar.

A restrição de acesso à terra produtiva não apenas afeta a produção de alimentos, mas também se estende às relações laborais, onde muitos trabalhadores rurais dependem de condições precárias em troca de uma porcentagem da produção. Essa exploração, aliada à concentração de terras, cria obstáculos significativos para a produção sustentável de alimentos.

A análise da década de 1970 revela que a propriedade individual se destacava como a principal forma de posse de terras, consolidando disparidades econômicas que restringiam o acesso à terra para inúmeros habitantes do sertão. Diversas formas de relações de trabalho delineiam a interdependência profunda entre a população e a terra cultivada,



evidenciando o papel do sistema latifundiário na configuração de uma estrutura social desigual. A localização de açudes e poços em propriedades privadas, sob o controle exclusivo dos proprietários, reforça a conexão entre propriedade da terra e acesso a recursos vitais, contribuindo para a desigualdade na região.

A questão da terra vai além dos aspectos econômicos, emergindo como uma força determinante na configuração da identidade, dinâmicas de trabalho, expressão cultural e condições sociais da comunidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ESTERCI, Neide. **Trabalho e subordinação no sertão cearense**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.10, n.1/2, 1979, p.95-130.

ARAÚJO, Raimundo Alves dos; SANTOS, Joaquim dos (Org.). **Nas Trilhas do Sertão: Escritos de cultura e política nos interiores do Ceará**. Sobral: Edições UVA; SertãoCult, 2021. doi: 10.35260/87429915-2021.

BRASIL. **Decreto nº 63.778**, de 11 de dezembro de 1968. Dispõe sobre a delimitação do polígono das secas. Coleção de Leis do Brasil – 1968, v. 8, p. 352.

BRASIL. **[Constituição (1969)]**. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1964

BLOCH, Marc. **Apologia da História: Ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CAMPOS, Maria Evangelina Carneiro. **A Questão Agrária e a SUDENE**, César et alii. Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/981>. Acesso em: 3 mar. 2023.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL**. REVISTA NERA, [S. l.], n. 1, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i1.1495. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 3 jun. 2023.

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.



GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifundiário**. São Paulo: FULGOR, 1964.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Comercial – Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo dos Serviços – Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudo Nacional da Despesa Familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Neilaine Ramos Rocha de. **Os fundamentos teóricos para a criação da SUDENE: uma análise do pensamento de Celso Furtado e seu conceito de História**. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/50493>>. Acesso em: 13 abril 2023.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso - Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

QUEIROZ, Rachel. de. **O Quinze**. 116. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

RAMOS FILHO, Luis Octavio; ALY JUNIOR, Oswaldo. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 159. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.



SILVA, Marlene Maria da; LIMA, Dalva M. de Andrade. **Sertão Norte**. Recife: SUDENE, 1982.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: o debate da esquerda - 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.